

# Há uma norma colonizadora, branca e masculina nas produções científicas: deslocamentos epistêmicos feministas e decoloniais

## RESUMO

**Rubia Renata Ambrosio**

E-mail: ambrosio.rub@gmail.com  
Instituto Federal do Paraná,  
Paranaguá, Paraná, Brasil

**Cíntia de Souza Batista Tortato**

E-mail: cintia.tortato@ifpr.edu.br  
Instituto Federal do Paraná,  
Paranaguá, Paraná, Brasil

O propósito deste estudo concentra-se em abordar algumas questões que refletem a construção do campo científico, buscando questionar os pressupostos de neutralidade, objetividade, racionalidade e da dualidade entre colonialidade e modernidade. A discussão procurou-se situar historicamente o debate sobre a produção de saberes e do conhecimento científico, pontuando a crescente influência das relações de poder, do racismo, do machismo e da hegemonia colonial na compreensão do mundo. O texto parte de uma discussão bibliográfica que resulta de diferentes campos disciplinares e perspectivas analíticas, entre as quais inclui a filosofia da ciência, a sociologia, os estudos pós-coloniais e do eixo principal debatido: a epistemologia de base feminista e a potência do pensamento/movimento decolonial, que possuem suas especificidades e marcadores de atuação distintos, mas que aqui se encontram em torno de um mesmo ideal que se refere ao questionamento à constituição da ciência e da produção do conhecimento a partir de perspectivas e discursividades indissociáveis de categorias explicativas, como as de gênero, classe, colonialidade, modernidade, etnia e raça. Ao final, buscou-se ressaltar a importância desses estudos para a construção de uma ciência – sociedade democrática, na medida em que se postula novos conceitos, teorias e metodologias que se relacionam com a vida social e com a luta política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência. Colonialidade. Epistemologia feminista. Modernidade. Pensamento decolonial.

## INTRODUÇÃO

A narrativa científica e a própria produção do conhecimento constituíram-se de tal forma que obstaculizam alguns dos diferentes saberes que existem atrelados a realidade histórica de grupos sociais e localidades que experienciaram processos violentos de dominação e colonização. Porém, essa imposição das forças imperialistas reconhecidas globalmente durante as disputas de Estado-nação não teve seu desfecho unicamente dentro dessas relações territoriais lidas pelos estudos econômicos e políticos. Assim, a norma colonizadora, branca e masculina desenvolveu-se com tamanha força que estendeu-se nas questões epistêmicas, raciais, étnicas e de gênero, corroborando com uma visão de mundo e científica hegemônica, universalizante e dita autônoma-racional-neutra.

E para pensarmos nesse deslocamento do pensamento hegemônico e não hegemônico – este que tem reivindicado as categorias de classe, gênero e raça, colonialidade, modernidade e poder -, há algumas correntes teóricas que tem feito o esforço de estabelecer esse enfrentamento ao modelo de ciência e produção de conhecimento dominante, como os estudos epistemológicos de base feminista e o pensamento e movimento decolonial. São esses dois eixos de pensamentos, que não são unívocos, mas que possuem pontos de discussões semelhantes e que aqui trataremos para contextualizar essas reflexões teóricas que buscam representar povos indígenas, afro-americanos, caribenhos e dentro desses grandes grupos, garantir a restituição dos direitos das mulheres.

Ambas correntes de pensamento revelam as estruturas sociais e políticas que constituíram as hierarquias linguísticas, raciais e de gênero, tanto num contexto acadêmico como também na sociedade em geral. É nesse sentido que buscou-se caminhar neste breve ensaio, a partir da epistemologia feminista e do pensamento decolonial, bem como alguns outros pressupostos e teóricos do campo da sociologia e da filosofia da ciência, a análise crítica sobre a construção do campo científico e as consequências dos processos históricos de colonização, imperialismo, racismo e machismo.

As reflexões que partem desse cenário são resultados de discussões estruturadas, de início, em organizações e movimentos sociais, intelectuais, culturais, manifestados fortemente, inclusive, no plano virtual nas últimas décadas. Isso tem mostrado que a crítica à produção do conhecimento parte da possibilidade e da concretude de uma ciência politizada, capaz de transformar a vida social, rompendo com o pensamento hegemônico que tem sustentado a concepção de ciência neutra, puramente racional e objetiva.

Os estudos epistemológicos feministas e decoloniais têm reivindicado um pensamento científico revolucionário, argumentando sobre as diferentes formas de saber que existem e as inúmeras possibilidades de análise relacional que podem ser adotadas em todas as áreas do conhecimento. Um dos objetivos dessa corrente de pensamento é para que possamos identificar e agir aos efeitos de um processo histórico de hierarquização dos saberes, admitido por algumas teorias e conceitos e, que tem mantido as experiências e as vozes dos grupos subalternizados no plano da inferiorização.

Sendo assim, o texto está dividido em três partes: a primeira, se refere a produção do conhecimento científico, abordando a construção do campo científico e as interferências das relações sociais, econômicas e políticas,

apresentando brevemente o caminho percorrido até a chamada ciência moderna. Logo depois, evidencia-se a crise de paradigma, que foi um marco nas discussões sobre epistemologia e produção do conhecimento. No final, inicia-se o debate profundamente necessário sobre modernidade, colonialidade e poder no campo científico.

Em seguida, há algumas reflexões do campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais, trazendo as reflexões sobre as categorias de poder, modernidade, colonialidade e gênero. Nessas teorias, o que em comum foi apontado é como a dominação colonial segue duradoura nas relações de produção, no controle das subjetividades, na construção dos saberes e da própria concepção e difusão da ciência, ou seja, mesmo após “o colonialismo” aparentemente ter se esgotado em séculos anteriores com as ocupações territoriais, o mesmo segue penetrante na realidade dos povos colonizados.

Na terceira parte, encontra-se as contribuições do pensamento epistemológico feminista – discussões guiadas também por reflexões sobre a descolonização dos saberes e da produção do conhecimento científico. Nesse segmento, foi possível pensarmos e questionarmos as circunstâncias do conhecimento a partir de perspectivas localizadas e indissociáveis das categorias analíticas, como as de gênero, classe, etnia e raça.

Posto isso, ao final, procurou-se trazer alguns apontamentos que revelam a intencionalidade e a potência transformadora do pensamento de base feminista e decolonial, que tem construído uma nova forma de pensar e agir em sociedade e conseqüentemente, no que diz respeito às mudanças na produção do conhecimento e de um outro projeto de sociedade em disputa. Acredita-se que esses estudos são possibilidades de transcender essa norma colonizadora, ocidentalizante, masculina e branca com a qual se constituiu o campo científico e que se desdobrou nas condições sociais em geral. Para isso, é necessário que mostremos as outras vozes e narrativas que vem sendo pensadas e construídas por grupos que tem em comum esses compromissos, como o movimento feminista e o movimento decolonial.

## **CONTEXTOS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Existem uma gama de estudos dedicados a compreender o que é de fato a ciência e a própria construção da análise e da atitude científica, como tem feito a filosofia da ciência, a sociologia do conhecimento, a filosofia feminista e outras perspectivas de base feministas e que atuam nos mais variados campos do conhecimento. De modo geral, os principais atributos científicos estiveram ligados ao ato de comprovar alguns dados obtidos através da observação e da experiência. Em seguida, a ciência apresentaria suas conceituações, procedimentos metodológicos e a construção de teses habilitadas para explicar algum fato da realidade e, após isso, submetidas a testes e contestações da comunidade científica.

Essas são algumas características atribuídas popularmente à ideia de ciência, concepção difundida durante e como consequência da Revolução científica nos séculos XVI e XVII. Nessa perspectiva, a sintetização da atividade científica esteve marcada por uma crise paradigmática, em termos de debate entre modelos de pensamento, como o de Nicolau Copérnico e o modelo heliocêntrico de sistema

solar, estimulado pelo sucesso do experimento, e o modelo geocêntrico que faz parte dos escritos de Aristóteles, baseado numa visão cosmológica antiga. Dessa forma, a crise de paradigmas constitui, ao mesmo tempo, uma transformação do lugar e da representação do mundo para os indivíduos a partir do conhecimento científico (CHALMERS, 1993).

E, no entanto, esse modelo de ciência considerada em sua forma de análise, objetivo e procedimento, constituiu-se como uma personificação de ciência a ser seguida, cujos valores estiveram ligados aos aspectos inteiramente racionais, autônomas e objetivas (aqui entendida como a negação das subjetividades e das particularidades), sendo assim, livre de especulações e preferências pessoais; capaz de emitir um conhecimento seguro, pois, em tese, é algo que fora comprovado rigorosamente.

Para tanto, esse padrão de atividade científica seguia os preceitos da lógica positivista que estabeleceu um modelo de ciência vinculada às características de neutralidade e racionalidade. Mas, ainda que houvesse uma estrutura científica sistematizada e objetiva, essas observações e criações teóricas estão relacionadas com noções que já fazem parte da realidade, ou seja, um estudo de observação, de experimento ou de discussão analítica não será inteiramente autônomo, racional e distante das questões sociais e políticas. Portanto, a ciência, que é feita por indivíduos, é fruto de observações e interpretações ativas e que estão entranhadas das influências da vida social (FOUREZ, 1995).

Nesse contexto surgem questões em torno de algumas teorias do conhecimento, especialmente a de caráter racionalista, representada por René Descartes e a de fundamento empirista, defendida por Francis Bacon. Ambas permitiram reflexões e críticas a respeito da evolução do conhecimento científico, em que buscou-se explicar e fundamentar caminhos para a construção dos princípios, teorias, metodologias, hipóteses e da própria análise dos resultados que sustentam as diversas áreas do conhecimento. Esses pensamentos, considerados modernos, foram um marco para a compreensão da ciência, tendo em vista que partiu de uma ruptura com a tradição escolástica anterior, cujo conhecimento se dava a partir das orientações do teocentrismo. Com a ruptura, inaugura-se o paradigma subjetivista alinhado ao antropocentrismo, isto é, o ser pensante é agora o símbolo da busca pelo verdadeiro conhecimento (MARCONDES, 1996).

Mas, apesar da promessa do paradigma pensante colocar em xeque a razão e a criticidade permanentemente, criou-se uma racionalidade científica totalitária, que acabou assumindo uma crença natural e inquestionável de explicar e interpretar os fenômenos do mundo, trazendo a consequência de uma dicotomia hierarquizante, como aponta Allene Lage (2008, p. 195-196):

Diante destes preceitos, foi se processando uma taxionomia sobre a forma de se conhecer o mundo, colocando de um lado tudo o que é científico e, portanto, relevante e do outro, tudo o que é não-científico e, portanto, marginal. As consequências desta dicotomia hierarquizante foram desastrosas sob o ponto de vista da diversidade cognitiva da nossa humanidade, pois provocou a ocultação e a desqualificação de uma infinidade de conhecimentos por todo o mundo, segregando-lhes do direito de também se fazerem verdade.

Diante disso, para Boaventura de Souza Santos (2009), ocorreu uma crise do paradigma dominante, pois até então, havia um modelo padrão de racionalidade global, que negava e inferiorizava outras formas de conhecimento que não partilhasse do modelo moderno imposto. Importantes estudiosos e críticos da historiografia da ciência, como Thomas Kuhn (1989) e Karl Popper (1982), que estiveram apontando a fragilidade, o caráter provisório da ciência em que se funda.

Para Kuhn (1989), o desenvolvimento da ciência consiste em solucionar problemas em conformidade a um paradigma, isto é, há uma unidade responsável em eleger os critérios e o padrão de racionalidade que será definida por uma comunidade de cientistas. “Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma” (KUHN, 1989, p. 219). Diante disso, a comunidade científica encaminha-se acumulando teorias até que haja uma crise – um desvio no entendimento de um determinado problema e então, os partidários daquela comunidade se deparam com uma anomalia, momento em que o grupo necessita redefinir seus estudos de modo que uma nova teoria surja e permaneça.

Num ambiente de supervalorização do saber científico, em que se ganhou status com a doutrina positivista e o ideal de progresso e neutralidade, Karl Popper (1982) argumenta que uma teoria científica se torna altamente válida quando provada diversas vezes por outras teorias, observações e repetição de testes. Segundo o autor, essa deveria ser a natureza científica: quanto mais uma teoria converte-se em falseável e resistente aos processos de refutação em testes, mais chances possui de ser identificada como um saber científico seguro. As teorias da gravitação universal do cientista Isaac Newton que traduziram os modelos cósmicos gravitacionais, foram exemplo de teorias consideradas científicas e falseáveis, pois o físico Albert Einstein, ao inaugurar a teoria da Relatividade, demonstrou que a tese mecânica newtoniana era incontestável devido a invalidez da lógica da velocidade próxima a luz (CHALMERS, 1993).

Pierre Bourdieu (2004) apresenta o conceito de campo e capital para explicar algumas circunstâncias que envolvem a estrutura e o funcionamento da atividade científica. Segundo o autor, é no campo que se evidencia as relações de poder entre os grupos que detém a autoridade científica. Há um acúmulo de forças entre esses agentes que se desenvolve devido a suas posições no campo que abrange o capital econômico, simbólico, social e cultural. Portanto, a ciência, que é produzida por indivíduos que fazem parte de relações sociais e que desempenham suas atividades científicas conforme os capitais que possui (ou que não possui), garante o que Bourdieu chama de “capital científico fundado no conhecimento e no reconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p. 53).

Ao definir o conceito de campo, o autor se refere a um outro conceito que dá significado às ações e representações das/os cientistas: o conceito de *habitus*. Dessa forma, os agentes produtores de conhecimento científico incorporam determinado *habitus* e que passam a orientar suas atitudes científicas:

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são

percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas pessoas prontas a disputar o jogo dotadas de habitus que impliquem o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (BOURDIEU, 1983, p. 89)

Além disso, o contexto da produção científica e tecnológica foi visto, tradicionalmente, como uma atividade prioritariamente masculina e branca, ainda que exista a consciência da vasta contribuição de mulheres cientistas nos séculos XVIII e XIX, entretanto, notadamente negligenciada pela própria historiografia da ciência. A partir do século XX, houve avanços e estímulos no acesso à educação e em algumas carreiras científicas por parte das mulheres, chegando a representar um número considerável no percentual de ingresso e conclusão nos cursos superiores. No entanto, ainda observa-se o enfraquecimento da presença das mulheres indígenas e negras nos espaços de produção científica e ainda, um decréscimo da participação masculina em bolsas de produtividade e nas chamadas áreas de exatas (MAFFIA, 2002). Diante disso, cria-se um paradoxo: ao mesmo tempo em que a ciência avança na produção do conhecimento, a mesma seria o resultado das implicações entre as posições sociais, de gênero, econômicas e culturais. E assim, desenrolou-se uma série de questões que têm sustentando o caráter dominador dentro das relações epistêmicas, territoriais, de raça e de gênero.

### **MODERNIDADE, COLONIALIDADE E PODER**

Para Walter Mignolo (2003), figura central dos estudos pós-coloniais latino-americano, houve grandes transformações no campo científico, porém o mesmo não considera o efeito de um específico rompimento entre paradigmas e sim um desvio entre um mesmo paradigma, que seria definido por ele como uma ruptura subparadigmática, pois:

[...] não tratou-se, aqui, de uma ruptura epistemológica propriamente dita, mas transformada em diferença colonial através da rejeição de outras formas de conhecimento. [...] terá havido, então, dois processos cruciais: primeiro foi o processo da colonização do tempo e o outro o da colonização do espaço. A colonização do tempo resultou na «invenção da Idade Média» e a colonização do espaço na «invenção da América». (MIGNOLO, 2003, p. 637-638)

Para o autor, há uma racionalidade negada que parte da ideia de que há um processo de colonialidade e de poder que atinge a produção do conhecimento. Por isso, é preciso pensar para além de um processo de descolonização que visa garantir maior autonomia de Estados independentes, isto é, é preciso buscar um paradigma que esteja ligado à concepção de decolonialidade do saber, que compreenda e valorize a diversidade epistêmica, de modo que a produção do conhecimento dos territórios e dos grupos subalternizados no processo colonizador possa exercer influência na realidade a partir de seus conhecimentos não modernos e de oposição ao arquétipo do conhecimento tradicional (MIGNOLO, 2003).

A modernidade foi constituída e vista como a superação da colonialidade, como se nesse contexto houvesse algo que justificasse a colonialidade como um espaço sem voz, sem ciência, sem pensamento e sem produção de conhecimento. Seria nas palavras do autor um poder da modernidade que oculta, pois “a colonialidade do poder abre uma porta analítica e crítica que revela o lado obscuro da modernidade e o facto de nunca ter havido, nem poder haver, modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2003, p. 634). Nesse sentido, o triunfo da modernidade e pseudo superação do que decorria da colonialidade, contribuiu para o surgimento da dualidade entre conhecimento científico e o não científico.

Mas, para Mignolo (2003), não há uma única direção, pelo contrário, tanto o olhar da colonialidade como o da modernidade tem nos mostrado uma pluralidade de conhecimentos, inclusive ou ditos não científicos, que fazem parte da natureza humana e da compreensão do mundo: papel este que abrange a produção do conhecimento. Entretanto, o que vem ocorrendo, é a exaltação dos valores e dos grupos que pertencem ao contexto da modernidade – que formaram uma concepção puramente lógica, científica e racional para a explicação dos fenômenos, constituindo assim, um sistema colonial de poder que inclusive, extrapola às questões do conhecimento.

E assim como Mignolo, Aníbal Quijano (1992) considera a vitalidade do sistema de colonialidade, no sentido de uma dominação para além das disputas territoriais dos Estados-nação. Por isso, a dominação colonial tornou-se uma estrutura de poder, que permanece duradoura nas relações de produção, no controle das subjetividades, na construção dos saberes e da própria concepção e difusão da ciência. Segundo o autor, a colonialidade do poder segue sendo sustentada pelo racismo e pelo eurocentrismo que atravessa a política, a cultura e a economia – está principalmente pela constituição hegemônica dos Estados-nação, que sucedeu na divisão entre centro e periferia. Assim, o uso da categoria decolonialidade é empregada no sentido de um segundo processo de descolonização, sendo, portanto, fundamental a construção de um movimento de resistência decolonial, que tem tocado, tanto no plano dos movimentos sociais como nas teorias, o debate das questões epistemológicas, raciais, étnicas, econômicas, políticas e de gênero a partir do viés analítico decolonial. Há, então como afirma Catherine Walsh (2009, p. 14-15), uma distinção entre o descolonizar e o decolonial:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” . . . es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento –una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuó en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas.

Nesse sentido, o pensamento e movimento decolonial caminham para a consolidação de um projeto que extrapola a dialética econômica e política, demarcando uma posição que reconhece as circunstâncias dos povos e dos saberes colonizados que não desapareceram nos processos seculares anteriores de colonização e, portanto, das análises exclusivamente economicistas e políticas.

Pelo contrário, o decolonial encontra substância no compromisso de adensar a compreensão de que o processo de colonização ultrapassa os âmbitos econômicos e políticos, penetrando profundamente nas diversas relações que contrastam a existência dos povos colonizados, mesmo após “o colonialismo” propriamente dito ter se esgotado em seus territórios.

Sobre os estudos de Mignolo e Quijano, Maria Lugones (2014) diversifica a discussão sobre colonialidade e modernidade, propondo uma análise de interseccionalidade entre gênero e raça, que ela denomina de “sistema moderno colonial de gênero”, contextualizando com o modo de produção capitalista. Segundo a autora, além da dominação epistêmica, territorial, cultural e política, o colonialismo cumpre ainda um papel potente nas relações que estruturam o capitalismo: a heterormatividade, o racismo e o sistema binário. E ao perceber isso, Lugones (2014) afirma que o projeto colonial europeu favoreceu as forças do capitalismo, inclusive, no que se refere ao processo de acumulação primitiva.

Por isso, a pensadora compreende a modernidade colonial como elementos alinhados com o modo de produção capitalista, que juntos, disciplinam, normatizam, controlam, segmentam existências, sobretudo as dos povos originários e colonizados – mulheres indígenas, negras, caribenhas e homens negros. Algumas outras pesquisas e teorias produzidas de base feminista, porém não necessariamente adeptas do pensamento e movimento decolonial, mas que tem suscitado importantes reflexões que explicam as relações desiguais de gênero, as hierarquias linguísticas, o machismo e o racismo epistêmico a partir da crítica feminista a produção do conhecimento científico e o modo como se fundou. Essas categorias teóricas, tocadas pelos estudos pós-coloniais, decoloniais e pela epistemologia feminista que crítica a construção científica, não foram tocadas, ao menos com potencial transformador, pelas correntes de pensamento como o marxismo, o funcionalismo, o estruturalismo, a psicanálise, entre outros, pois em geral, essas teorias foram formuladas com base nos valores masculinos e no discurso generalizante da reconhecida ciência moderna (LUGONES, 2014).

Sendo assim, houve algumas limitações no que diz respeito ao desenvolvimento da ciência, como a capacidade de produzir abordagens teóricas e metodológicas que pudessem explicar os fenômenos a partir de uma perspectiva histórica, política, racializada e emancipatória, como vem sendo denunciado pelas epistemologias decoloniais e não decoloniais, porém de base feminista. E é nesse contexto que trago como exemplo a eminência dessas discussões epistemológicas do pensamento feminista que tem feito a crítica ao processo de construção da ciência dentro dos campos científicos. São produções feministas que vem contribuindo com novos conceitos, teorias e metodologias que podem ser incorporadas por todas as áreas do conhecimento.

Numa reflexão sobre a potência do que significa epistemologia, coloca Grada Kilomba (2016, p. 10-11):

Por favor, deixem-me lembrar-lhes o que significa o termo epistemologia. O termo é composto pela palavra grega *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: (a). (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro; (b). (os paradigmas) quais narrativas e interpretações



podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido; (c). (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos.

Nesse sentido, o pressuposto epistemológico da ciência moderna definiu a ideia de uma autoridade científica projetada e difundida por um sujeito masculino – universal – racional e, que tornou-se predominante em diversos campos do conhecimento, como a psicologia, a biologia, a filosofia, as ciências sociais e nas engenharias, de modo que sua influência legitimou a supremacia masculina nesses campos disciplinares e estabeleceu um claro projeto científico masculino, marginalizando a participação das mulheres na produção científica, que, segundo Lourdes Bandeira (2008) estaria justificada a partir da tríade: a) aceitação e naturalização da subordinação e inferioridade atribuída a mulher; b) das relações sociais de sexo e a consequente divisão sexual do trabalho; e c) pelo próprio reforço da ciência como uma concepção determinista e naturalista sobre a mulher.

Dessa forma, inaugurou-se um modelo de referência epistemológica, que buscou enaltecer o sujeito (homem) autônomo, sua razão humana e a procura pelo progresso social da humanidade, o que corroborou com duas principais teorias de busca pelo conhecimento: a racionalista e a empiricista. De modo geral, ambas partem do pressuposto da observação dos fatos que sustentam relações causais e variáveis e, que assim, avaliam e elaboram as hipóteses dedutivas para formação de uma teoria geral (MARCONDES, 2007). No entanto, essas afirmações gerais tentaram mostrar que o verdadeiro conhecimento, aquele em que atribuíram validade e segurança inquestionável, é quem seria capaz de ir além das inferências particulares, estabelecendo significados de maneira universal e alheia aos valores externos, ou seja, o não vínculo com questões sociais e políticas (KILOMBA, 2016).

### **AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS PENSANDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

A ciência legitimou um conhecimento que tornou-se universalizante, na medida em que limitou diversas outras possibilidades cognitivas de conhecer e compreender o mundo, desprezando outros saberes e até mesmo outros campos disciplinares e suas formas de produção científica, como os que constituem as chamadas ciências humanas. Isso em razão de questões teóricas e de valores, que de certo modo, não seguem o padrão criado pela ciência moderna, como algumas regras epistemológicas e metodológicas impostas e que foram consideradas mais rigorosas e de valor científico. Assim, a produção do conhecimento esteve imersa em relações de desigualdade e poder, fundando-se sob bases discriminatórias e hierarquizantes.

Dessa forma, existem diversos movimentos e ações coletivas cuja proposta é marcar um contraste com os saberes e a legitimação do campo adjacente ao projeto moderno e eurocêntrico. Portanto, mais que uma proposta teórica e epistemológica, o pensamento e movimento de base feminista negro, que não é unívoco, marca uma posição insurgente, de resistência ética e política, especialmente nos contextos das Américas e dos povos indígenas e afro-caribenhos/os.

O pensamento de Lélia Gonzalez (1988) nos trouxe grandes reflexões sobre a descolonização dos saberes e da produção do conhecimento científico, movendo-se como uma “forasteira de dentro”, ou como definiu Patricia Hill Collins (1986), uma *outsider within* dentro do campo científico. Muitas mulheres, sobretudo mulheres negras, têm subvertido a lógica das investigações dos fatos sociais, principalmente no que tange o campo das ciências sociais, como forma de desafiar as explicações e os modelos hegemônicos de prática científica. Porém, ainda que Gonzalez (1988) mencione especificamente aos estudos da sociologia, essa *práxis* possui um potencial de atuação em diversos outros campos do conhecimento.

Gonzalez (1988) ainda adota uma linguagem que surge aos padrões da produção textual acadêmica, sem adequar-se integralmente às normas técnicas e exigências da gramática normativa, manifestando a herança linguística de culturas escravizadas, como o uso do português africanizado que reconhece o preconceito racial emaranhado na construção da língua materna brasileira. A autora explica essa oposição paradigmática:

[...] aquilo que chamo de ‘pretuguês’ e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos ‘crioulos’ do Caribe). (GONZALEZ, 1988, p. 70)

A autora manifesta um pensamento político que é capaz de ser interpretado não só pela transformação dos elementos gramaticais e normativos, mas também pela composição dos marcadores de classe, etnia, gênero e sexualidade nas relações linguísticas, uma vez que a construção e legitimação da língua, sobretudo nos contextos do sul global, foram originárias de uma matriz dominante, colonizadora, racista, machista e imperialista. Inclusive, o conceito de amefricanidade de Gonzalez (1988) é um ótimo exemplo para pensarmos a formação das Américas a partir de uma abordagem pós-colonial. Segundo a autora, a presença da latinidade foi menos marcante em termos de evidência histórica e cultural, se comparado com a presença ameríndia e africana nesses territórios. Por isso, argumenta que todas/os brasileiras/os seriam “ladinoamefricanos”, inclusive as/os brancas, tendo em vista que a influência afro-ameríndia havia sido negada em decorrência do racismo e, portanto, Gonzalez reconhece e defende uma América Ladina (GONZALEZ, 1988, p. 23-24).

A partir de sua proposta epistemológica, étnica e política, a categoria analítica defendida por Gonzalez (1988) revela a concepção de mundo, especialmente interna, dos povos indígenas e africanos como forma de restabelecer as histórias que foram escritas e contadas sobre os seus pelo pensamento moderno europeu.

E, assim como Quijano (1992) e Lugones (2014), a pensadora se insere na perspectiva que correlaciona colonialismo, gênero, racismo e imperialismo em seus estudos, contudo, reconhece mais pontualmente a questão das mulheres negras e caribenhas e pela emergência de um feminismo afro-latino-americano.

Sobre os padrões da produção textual acadêmica, como fora apontado por Gonzalez, Allene Lage (2008) fala de como as línguas de origem europeia foram impostas como modelo de racionalidade, sendo parte fundantes da ciência moderna e do projeto colonial e de dominação entre as civilizações. As relações entre língua e ciência evidencia a implicação de como o conhecimento foi concebido e utilizado como instrumento de manutenção do poder, estruturando-se de tal forma que potencializou as barreiras que dificultam o compartilhamento de saberes inscritos em línguas indígenas e africanas, por exemplo, corroborando com uma visão de mundo e uma ciência ainda mais universalizante (LAGE, 2008).

É por isso que, reconhecemos a importância das epistemologias feministas na construção de uma nova postura na produção científica, que ultrapasse os limites da perspectiva ocidentalizante, branca e hierarquizante. E essa postura considerada não hegemônica busca reafirmar que a epistemologia feminista não é somente um discurso político anexado nas/das militâncias de mulheres nas sociedades (algo bastante importante e característico do movimento feminista) e de seu papel fundamental que cumpre na mudança de consciência das relações de desigualdade de gênero. Devemos necessariamente ressaltar que tais estudos são deslocamentos dos movimentos sociais feministas e, ao mesmo tempo de base científica, epistemológica, filosófica, ética e intensamente crítica das formulações que se propagam no imaginário social e recorrentes nas produções científicas a nível global (LAGE, 2008).

Essas epistemologias não hegemônicas são encontros de perspectivas localizadas e indissociáveis das categorias analíticas teóricas e de mundo como as de gênero, classe, etnia e raça, que tentam expor as fragmentações que estão relacionadas com o exercício da produção de saberes e até mesmo das ausências que impedem o desenvolvimento de críticas aos modos de produção do conhecimento. E como aponta Boaventura de Sousa Santos (2009), identificar as ausências e os apagamentos dos conteúdos que envolvem as experiências dos povos originários e ao mesmo tempo, reconhecer as diversidades epistemológicas do mundo social, não significa abandonar os empreendimentos considerados modernos do campo científico e dos critérios metodológicos e teóricos que foram feitos. Pelo contrário, reitera-se como Sandra Harding (2015) bem coloca, o emprego da objetividade “forte”, exercida ainda que pelas/os de baixo, sem cair num abismo relativista e de noções que descaracterizam os procedimentos e o rigor metodológico na produção científica.

Ademais, as críticas epistemológicas de base feminista apresentam o debate e ainda, fazem a proposta de novas formulações de enfrentamento à ciência dominante. Segundo a autora Cecília Sardenberg (2007), o pensamento feminista, dentro do questionamento aos pressupostos da ciência moderna, procura-se fundamentar a partir de uma:

[...] práxis política – em um projeto de transformação das relações de gênero –, ao passo que um dos fundamentos básicos da Ciência Moderna é justamente a necessidade de se impor uma separação entre “fatos” e “valores”. Sem essa separação, ou melhor, só com

total “neutralidade” é possível assegurar a objetividade necessária para a busca de “verdades científicas”. Conseqüentemente, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado. (SARDENBERG, 2007. p. 91)

Portanto, a concepção de ciência defendida por estas correntes de pensamento feminista, apesar de terem sido alvo de muitas críticas, como a questão de que militância e produção do conhecimento não seguem uma mesma lógica, marcou um rompimento na forma de interpretar a relação entre ciência e sociedade. Ao denunciar a pseudoneutralidade e objetividade científica, pôde destacar a importância da luta política na atitude científica. Segundo Lage (2008), é a desconstrução do argumento que defende a despolitização do fazer científico e o comprometimento com uma produção de conhecimento que esteja frente às questões sociais, políticas e culturais, em contraposição ao discurso científico pragmático e universalizante, que distância a produção de conhecimento das categorias de raça, etnia, gênero e classe. Segundo Marlise Matos (2008), os estudos de gênero e feministas formam uma categoria analítica que destaca a construção histórica, social e política nas diversas análises relacionais:

Através de significados e re-significações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas. (MATOS, 2008, p. 336)

Dessa forma, as contribuições das epistemologias feministas são reformuladas e compartilhadas pelas abordagens de gênero, raça, classe, sexualidade, e como aponta Matos (2008), as epistemologias feministas e de gênero tem tido um papel fundamental especialmente nas ciências humanas, mas acrescento que tais deslocamentos teóricos vêm ganhando veemência nas discussões que atravessam outras áreas do conhecimento, para além das que compõem o eixo das humanidades. São caminhos de resistência que vem sendo construídos a partir de novos instrumentos conceituais, teóricos e metodológicos, além de considerar grandes aspectos que visam a transformação das relações sociais e de construção de uma sociedade mais democrática, combatendo o racismo, o machismo, o imperialismo e o colonialismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha pela discussão teórica sobre modernidade, colonialidade, gênero e produção do conhecimento científico a partir das bases de teóricos e teóricas do pensamento decolonial e da epistemologia feminista, se deu pelo compromisso de ambas com um projeto de sociedade que precisa restituir as humanidades que

foram desprezadas por séculos, especialmente dos espaços de produção do conhecimento. Por isso, analisando a ciência, de modo geral, questiona-se: quais vozes têm sido difundidas e aceitas na produção e popularização do conhecimento? Portanto, esse olhar do pensamento feminista e decolonial sobre a produção do conhecimento é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência social e política dentro dos parâmetros científicos, aprofundando as análises e definições não somente de como, mas também quem e para que se produz conhecimento.

Nesse contexto, a epistemologia feminista e o pensamento decolonial colocaram em evidência às especificidades de um contexto marcado pela escravidão, pelo racismo, pelo machismo e pelo colonialismo. São dois movimentos de pensamento, que não são homogêneos e ambos possuem suas especificidades de luta e atuação, mas escolho citá-los brevemente neste estudo pela caminhada que essas correntes de pensamento tem feito: muita reflexão crítica sobre métodos e teorias condizentes com uma práxis humana ética e prudente e, conseqüentemente, construindo uma ciência democrática, que possa cooperar com a dignidade humana e com o projeto de sociedade que os movimento anti-opressão tem tocado, como o feminista, indígena, negro e anticapitalista.

A grande proposta desta pesquisa é plantar a iminência da desestruturação da epistemologia universal e dominante que tem provocado a exclusão de diversas formas de produção do conhecimento, o que significa negar saberes e a existência de mulheres, indígenas e dos povos originários e provenientes dos territórios que ainda sofrem com as estruturas colonizadoras, racistas e machistas. As experiências sociais desses grupos e os saberes que partem de suas localidades vem sendo tratado de modo subalternizado, tanto pelo campo científico e os valores que o sustentam, como pelas condições estruturais que tem mantido esses grupos na subalternidade. E tais condições são conseqüências desse sistema torturante e necrófilo que reproduz relações de poder e desigualdade que incide intensamente nesses territórios e sujeitos.

Por isso, é fundamental que abandonemos as análises reducionistas cujo argumento é da atribuição da crítica colonial e epistemológica que então seria cumprida pelas áreas que compõem o eixo das ciências humanas. Pelo contrário, o compromisso com as problemáticas sociais, econômicas e políticas e a representatividade desses grupos e de suas demandas deve ser pensada e desenvolvida por todas as áreas do conhecimento, uma vez que tal esforço é fundamental para a construção de profunda mudança na sociedade. Portanto, ainda que tenha tido e ainda há muita resistência e enfrentamento por meio de movimentos sociais, organizações estudantis, culturais e políticas, bem como universidades e institutos de pesquisa, são questões que revelam essas circunstâncias e que precisam ser incorporadas enquanto mudanças paradigmáticas por seus campos de conhecimento.

# There is a colonizing, white and male standard in scientific productions: feminist and decolonial epistemic displacements

## ABSTRACT

The purpose of this study focuses on addressing some issues that reflect the construction of the scientific field, seeking to question the assumptions of neutrality, objectivity, rationality and the duality between coloniality and modernity. The discussion sought to situate historically the debate about the production of knowledge and scientific knowledge, punctuating the growing influence of power relations, racism, machismo and colonial hegemony in understanding the world. The text starts from a bibliographical discussion, which results from different disciplinary fields and analytical perspectives, among which includes the philosophy of science, sociology, post-colonial studies and the main debating axis: feminist-based epistemology and the power of decolonial thought / movement, which have their specificities and distinct performance markers, but which are found around the same ideal that refers to the questioning of the constitution of science and the production of knowledge from perspectives and discursivities inseparable from explanatory categories, such as those of gender, class, coloniality, modernity, ethnicity and race. In the end, we sought to emphasize the importance of these studies for the construction of a science - a democratic society, as new concepts, theories and methodologies that are related to social life and political struggle are postulated.

**KEYWORDS:** Science. Coloniality. Feminist epistemology. Modernity. Decolonial thinking.

# Existe un estándar colonizador, blanco y masculino en las producciones científicas: desplazamientos epistémicos feministas y decoloniales

## RESUMEN

El propósito de este estudio se centra en abordar algunas cuestiones que reflejan la construcción del campo científico, buscando cuestionar los supuestos de neutralidad, objetividad, racionalidad y la dualidad entre colonialidad y modernidad. La discusión buscó situar históricamente el debate sobre la producción de conocimiento y conocimiento científico, puntuando la creciente influencia de las relaciones de poder, el racismo, el machismo y la hegemonía colonial en la comprensión del mundo. El texto parte de una discusión bibliográfica, que resulta de diferentes campos disciplinares y perspectivas analíticas, entre las que se incluyen la filosofía de la ciencia, la sociología, los estudios poscoloniales y el eje principal de debate: la epistemología de base feminista y el poder de pensamiento / movimiento decolonial, que tienen sus especificidades y marcadores de desempeño distintos, pero que se encuentran en torno al mismo ideal que se refiere al cuestionamiento de la constitución de la ciencia y la producción del conocimiento desde perspectivas y discursividades inseparables de categorías explicativas, como las de género, clase, colonialidad, modernidad, etnia y raza. Al final, buscamos enfatizar la importancia de estos estudios para la construcción de una ciencia - una sociedad democrática, ya que se postulan nuevos conceptos, teorías y metodologías que se relacionan con la vida social y la lucha política.

**PALABRAS CLAVE:** Ciencia. Colonialidad. Epistemología feminista. Modernidad. Pensamiento decolonial.

## REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Online). 2008, vol.16, n.1, pp.207-228. ISSN 0104-026X.
- BOURDIEU, Pierre. **O Campo científico**. IN: Ortiz, R. (org.). Pierre Bourdieu. **Sociologia**. São Paulo: Ática 1983. p.122-55.
- BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2004.
- COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. **Social Problems**, v. 33, n. 6, p. 14-32, Oct./Dec. 1986.
- CHALMERS, Alan. **O que é Ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense. 1993.
- FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: **introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP/FUNDUNESP, 1995.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988
- HARDING, Sandra. **Objectivity & diversity: another logic of scientific research**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2015.
- KILOMBA, Grada. 2016. **Descolonizando o conhecimento - Uma Palestra-Performance**. (J. Oliveira, Trad.). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/descolonizando-o-conhecimento-uma-palestra/>. Acesso em: set. 2020.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- LAGE, Allene. Entre hegemonias e subalternidades, discursos e militâncias que apontam para uma ciência pós-colonial: é possível uma ciência mestiça? IN: **Revista do Observatório dos Movimentos Sociais**, Caruaru, Ano I, n. 1, Jul./Ago./Set./Out. 2008.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo decolonial**. Estudos Feministas, 22(3), p. 935-952. 2014.
- MAFFIA, Diana. Crítica feminista à Ciência. IN: **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. p. 25–38. 2002.
- MARCONDES, Danilo. A crise de paradigmas e o surgimento da modernidade. In: BRANDÃO, Z. (org.). **A Crise dos Paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 1996.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2007.



MATOS, Marlise. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Os esplendores e as misérias da «ciência»: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversalidade epistêmica**. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

POPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**, Tradução de Sérgio Bath. 2ªed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 449p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade e modernidade/racionalidade**. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. In: BONILLO, Heraclio (Comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo; FLACSO, 1992. p. 437-449.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SARDENBERG, Cecília. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf> . Acesso em: abr. 2020

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala. 2009.

**Recebido:** 30/04/2020.

**Aprovado:** 07/12/2020.

**DOI:** 10.3895/cgt.v14n44.12158.

**Como citar:** AMBROSIO, Rubia Renata; TORTATO, Cíntia de Souza Batista. Há uma norma colonizadora, branca e masculina nas produções científicas: deslocamentos epistêmicos feministas e decoloniais. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 303-319, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

**Rubia Renata Ambrosio**

Av. Alameda Coronel Elysio Pereira, 363, Estradinha, Paranaguá, Paraná, Brasil.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

